

Balanço referente a 2017 foi apresentado pelo Conselho Superior da Magistratura no Funchal

Menos processos pendentes n

JUSTIÇA

Marco Milho

mmilho@jm-madeira.pt

Pela primeira vez desde 2001 as pendências desceram abaixo de um milhão de processos. Taxas de resolução são superiores a 100% em todas as jurisdições a nível nacional. Mais processos concluídos do que aqueles que dão entrada.



Elementos do Conselho Superior da Magistratura reuniram no Palácio da Justiça para uma conferência e uma sessão plenária.

Há menos processos pendentes nos tribunais portugueses e as taxas de resolução ultrapassam os 100%. Esta é uma das principais conclusões do Conselho Superior da Magistratura (CSM), que fez ontem, no Palácio da Justiça do Funchal, um balanço do ano judicial.

Os resultados foram apresentados numa conferência de imprensa, ao cabo de um ciclo de visitas

por todas as 23 comarcas do país, que terminou ontem na Madeira.

Pela primeira vez desde 2001, as pendências desceram, em 2017, abaixo de um milhão de processos, afirmou Henriques Gaspar, presidente do CSM, que se referiu ao último ano como “um ano de viragem”.

“Em 2017, pela primeira vez em muitos anos, ultrapassámos a barreira psicológica, isto é, pela primeira vez baixámos o número de

Balanço “muito positivo” do ano judicial foi revelado ao fim de um ciclo de visitas às 23 comarcas do país, que terminou na Região.

pendências de um milhão de processos”, declarou o juiz conselheiro. Em 2012 havia 1.698.784 processos pendentes, número que foi reduzido para 983.610, em 2017. No ano anterior, o valor era de 1.133.075.

“Os números das taxas de resolução de processos são muito positivos, próximo daquilo que podemos considerar ‘velocidade de cruzeiro’”, apontou também. Neste particular, as taxas apre-

sentam valores “superiores a 100% em todas as jurisdições”, significando que, a nível nacional, foram terminados mais processos do que aqueles que entraram.

BALANÇO “MUITÍSSIMO POSITIVO”

Os resultados foram sublinhados pelos dois juizes, que se congratularam pelo balanço “não apenas positivo, mas muitíssimo positivo”. Com o aumento da resolução de processos, Henriques

Funchal acolheu o primeiro plenário realizado fora de Lisboa

Após a conferência de imprensa na qual foi efetuado o balanço do ano judicial, teve lugar uma reunião plenária do Conselho Superior da Magistratura. Uma sessão que acabou por fazer história, já que se tratou da primeira vez que este órgão se reuniu fora de Lisboa.

Os trabalhos decorreram, igual-

mente nas instalações do Palácio da Justiça, pouco depois do final da conferência. A reunião plenária teve lugar na Sala Ferreira Neto, e contou com a presença da Procuradora Geral da República, Joana Marques Vidal, além do presidente do Conselho Superior de Magistratura, Henriques Gaspar, e do vice-presidente,

Mário Belo Morgado.

À chegada, Joana Marques Vidal explicou que a sua presença se deveu à nomeação de novos juizes para o Supremo Tribunal de Justiça, sendo que a lei determina que nesses casos a sessão de trabalhos deve ser acompanhada pela Procuradora Geral da República.

Uma lei que “não é cumprida há 28 anos”

Questionado sobre as reivindicações dos magistrados, Henriques Gaspar escusou fazer comentários sobre uma eventual greve dos juizes, no início do ano judicial, considerando ser “uma questão sindical e não institucional”.

Relativamente às reivindi-

cações em termos de estatuto remuneratório, o juiz presidente do Conselho Superior da Magistratura indicou que “os juizes pedem apenas que seja cumprida uma lei que não tem tido cumprimento há 28 anos”, revelando a solidariedade do órgão nessa matéria.

os tribunais

Gaspar referiu que foi ultrapassada uma "dificuldade muito preocupante, que era ter ainda em alguns tribunais processos antigos".

O juiz conselheiro adiantou ainda que a perspetiva é "melhorar e responder de uma forma que tranquiliza muito porque tem sido uma evolução estrutural e consistente nos últimos tempos".

Henriques Gaspar considerou que a atual situação permitiu "dominar o prazo razoável" para a resolução de processos. Ainda assim, o magistrado alertou que a rapidez não é necessariamente sinal de bom funcionamento.

"A justiça não é celeridade, não pode ser feita a 120 quilómetros por hora", defendeu. "A justiça tem de ser pronta, feita num prazo razoável e adequado a cada circunstância. Há processos complexos, que levam o seu tempo, mas todos precisam de ser fechados num tempo razoável."

23.529

PROCESSOS AINDA EM PENDÊNCIA NOS TRIBUNAIS DA MADEIRA EM 2017

11.340

PROCESSOS QUE DERAM ENTRADA NA COMARCA DA MADEIRA EM 2017

16.056

PROCESSOS QUE FORAM CONCLUÍDOS NOS TRIBUNAIS MADEIRENSES EM 2017

1,42%

TAXA DE RESOLUÇÃO: RELAÇÃO ENTRE PROCESSOS ENTRADOS E FINDOS EM RELAÇÃO A 2016



Magistrados revelaram-se satisfeitos com os resultados do ano judicial.

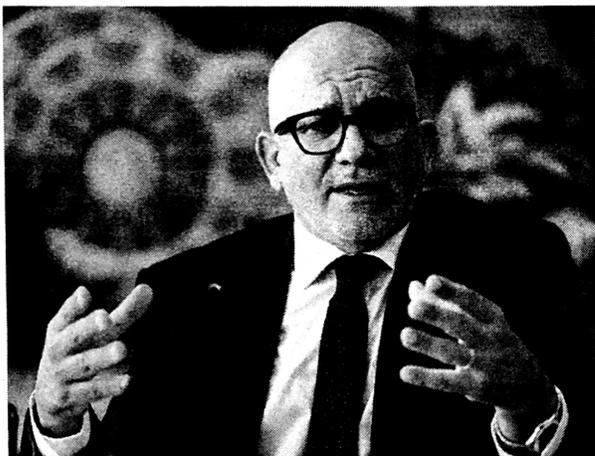
vel. Alguns ultrapassavam esse prazo e isso dava uma má imagem, mas é um problema que está completamente resolvido."

A ideia foi corroborada pelo vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, Mário Belo Morgado, que observou igualmente

que "2017 foi um ano de viragem", defendendo, contudo, serem necessárias "leis de processo mais adequadas a nível cível e penal", além de legislação mais consentânea com os processos de maior complexidade.

Numa nota distribuída aos jor-

nalistas, era enaltecido o "esforço dos juizes e de todos os que trabalham nos tribunais", facto "diretamente relacionado" com os resultados obtidos, aspeto também sublinhado por Henriques Gaspar e Mário Belo Morgado durante a conferência de imprensa.



Belo Morgado sublinhou a evolução registada também na Madeira.

"Madeira não foi exceção"

Sobre o caso específico da comarca da Madeira, Mário Belo Morgado, vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, enalteceu a evolução positiva, sobretudo na área da justiça cível, aquela que reúne o maior número de processos.

"Esta tendência de recuperação de processos pendentes é comum a todas as 23 comarcas do país, e a Madeira não foi exceção", disse o magistrado, que elogiou a presidência do juiz Paulo Barreto. "Temos na Madeira uma presidência da comarca especialmente

dinâmica, e os números refletem isso."

Em 2017, deram entrada 11.340 processos, e 16.056 foram terminados, resultando numa "excelente taxa de resolução de 1,42%", salientou. No último ano, em relação à justiça cível, a evolução foi particularmente positiva, registando-se uma taxa de resolução total de 1,55% - em comparação às taxas de 1,21% em 2015, e 1,38% em 2016 -, além de uma taxa de 1,64% nas execuções - em 2015 fora de 1,26% e de 1,54% em 2016.

Quanto às áreas da justiça penal e laboral penal, a taxa que determina a relação entre processos findos e processos entrados foi de 1,26% e 1,57%, respetivamente, aumentando face às percentagens de 1,14 e 0,24, registadas no ano anterior.

Por outro lado, a taxa de resolução sofreu quebras na justiça laboral - 0,79% em 2017, comparativamente a 1,08% em 2016 -, e na justiça tutelar - 1,15% no ano passado, em relação a 1,22% no período homólogo do ano anterior.



Citroen DS3 1.6 D Sport Chic
Mês/Ano: 07/2011 | Potência: 110 cv
Preço: 174,34€



Chevrolet Aveo 1.2 Ls
Mês/Ano: 03/2012 | Potência: 75 cv
Preço: 82,48€



Nissan Micra 1.2 S Acenta
Mês/Ano: 05/2017 | Potência: 80 cv
Preço: 117,19€



Mini Cooper D Pack Chili
Mês/Ano: 06/2015 | Potência: 116 cv
Preço: 195,55€



Volkswagen Golf VI 1.6 Tdi
Mês/Ano: 05/2015 | Potência: 105 cv
Preço: 178,29€

